

# ÍNDICE

	Pág.
ABREVIATURAS	13
PREÂMBULO	17
INTRODUÇÃO	21
OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO E PLANO DA EXPOSIÇÃO	

## PARTE PRELIMINAR

### SEGURANÇA JURÍDICA E ESTADO DE DIREITO A DIMENSÃO AXIOLÓGICA E O CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICA

#### CAPÍTULO PRIMEIRO

<b>I - A DIMENSÃO AXIOLÓGICA DA SEGURANÇA JURÍDICA</b>	<b>35</b>
1 - A segurança jurídica enquanto valor do Direito em geral	35
2 - Segurança jurídica, liberdade e justiça	47
3 - A segurança jurídica como dimensão particular da justiça	53
3.1 - A segurança jurídica como segurança dos bens jurídicos	58
3.2 - A segurança como especial via de realização da justiça	60
3.2.1 - O caso julgado	61
3.2.2 - A retroactividade das leis, os "direitos adquiridos" e as legítimas expectativas	64
3.3 - Conclusão	67
<b>II - AS PRINCIPAIS CORRENTES DOUTRINÁRIAS ADVERSAS À SEGURANÇA JURÍDICA. SINOPSE</b>	<b>72</b>
1 - O "Movimento do Direito Livre"	72
1.1 - Crítica	74
2 - O realismo jurídico norte-americano	76
2.1 - Crítica	78

#### CAPÍTULO SEGUNDO

### O CONCEITO DE SEGURANÇA JURÍDICA

1 - Introdução	80
2 - A segurança jurídica como ordem determinada pela existência e funcionamento de um sistema jurídico axiologicamente inspirado pelo Direito justo	84
3 - A segurança jurídica enquanto "certeza do Direito"	87
4 - A segurança jurídica enquanto salvaguarda dos cidadãos perante o poder do Estado	90

## PARTE PRIMEIRA

### A DIMENSÃO OBJECTIVA DA SEGURANÇA JURÍDICA

#### CAPÍTULO PRIMEIRO

### SEGURANÇA JURÍDICA, ESTADO DE DIREITO E ORDENAMENTO TRIBUTÁRIO

1 - A segurança jurídica como princípio fundamental do Estado democrático e social de Direito	95
2 - A segurança jurídica como princípio geral do Direito	101
2.1 - A problemática dos princípios jurídicos	102
2.2 - A operatividade dos princípios	105
2.3 - A diversa tipologia dos princípios	110

2.4 - A segurança jurídica entre os princípios estruturantes fundamentais. Seus subprncípios	114
3 - A segurança jurídica enquanto princípio tributário. Seu conteúdo	121
3.1 - As dimensões próprias da segurança jurídica tributária	129
3.1.1 - <i>Certeza</i>	129
3.1.2 - <i>Confiança</i>	130
3.1.3 - <i>Interdição da arbitrariedade</i>	131

## CAPÍTULO SEGUNDO

### A SEGURANÇA JURÍDICA COMO FUNDAMENTO E COROLÁRIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA

1 - Segurança jurídica e legalidade tributária	133
1.1 - Princípio da legalidade administrativa e princípio da legalidade tributária	133
2 - A consagração do princípio da legalidade tributária nas ordens constitucionais ibéricas	140
2.1 - O caso português	140
2.2 - O caso espanhol	144
3 - O conteúdo material do princípio da legalidade nos ordenamentos tributários ibéricos	148
3.1 - Legalidade tributária e reserva de lei material ou formal. O critério orgânico-funcional e a reserva de lei	150
3.2 - Segurança jurídica e reserva relativa ou absoluta de lei. O critério material ou de conteúdo e a reserva de lei	151
3.3 - Segurança jurídica e reserva de lei tipificante e taxativa	154
3.4 - A conceptualização dos elementos essenciais dos impostos	160
3.4.1 - <i>A liquidação e a cobrança</i>	164

## CAPÍTULO TERCEIRO

### A SALVAGUARDA DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E DA BOA FÉ DOS CONTRIBUINTES

1 - Geração da confiança e determinabilidade das leis tributárias	167
2 - Confiança legítima e segurança jurídica	171
2.1 - A protecção da confiança legítima	176
2.2 - Excepções ao princípio da protecção da confiança	181
3 - O princípio da segurança jurídica e a exigência de boa fé e lealdade no desenrolar da acção da Administração tributária	184
3.1 - A boa fé como princípio constitucional	187
3.2 - Boa fé e poderes vinculados	191
3.3 - Boa fé e poderes discricionários	199
3.4 - A boa fé e a doutrina dos actos próprios em matéria tributária. Sinopse	203

## PARTE SEGUNDA

### A DIMENSÃO SUBJECTIVA DA SEGURANÇA JURÍDICA

#### CAPÍTULO PRIMEIRO

##### O DIREITO SUBJECTIVO À SEGURANÇA JURÍDICA

1 - Obrigação tributária e segurança jurídica	209
1.1 - O direito do contribuinte ao devido comportamento do Estado no seio da obrigação de imposto	209
1.1.1 - <i>Crítica</i>	218
2 - A problemática dos direitos fundamentais e o direito fundamental dos contribuintes à segurança jurídica	220
2.1 - A diferente tipologia dos direitos fundamentais	222
2.1.1 - <i>A especial configuração dos "Elementarrechte"</i>	225
	229

2.2 - A dignidade e a liberdade como radicais últimos dos direitos fundamentais	232
3 - A segurança jurídica como direito fundamental	233
3.1 - O direito dos contribuintes à segurança jurídica	239
3.2 - O direito à certeza da tributação como "Elementarrecht" dos cidadãos contribuintes	243
3.2.1 - O direito fundamental à certeza da tributação na Constituição portuguesa	246
3.2.2 - O direito fundamental à certeza da tributação na Constituição espanhola	249
3.2.3 - Conclusão	253

## CAPÍTULO SEGUNDO

### O DIREITO DOS CONTRIBUINTES À CERTEZA DA TRIBUTAÇÃO E ALGUMAS PARTICULARIDADES DO REGIME GERAL E ESPECIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1 - O regime geral dos direitos fundamentais	256
1.1 - O princípio da universalidade	256
1.1.1 - O princípio da universalidade e o direito à certeza da tributação	258
1.2 - O princípio da igualdade	260
1.2.1 - Princípio geral da igualdade e princípio da igualdade tributária..	261
1.2.2 - A tutela do princípio da igualdade tributária. A particular posição do Tribunal Constitucional espanhol	266
1.2.3 - Crítica	268
1.2.4 - Posição adoptada	270
1.3 - O princípio do acesso ao Direito e aos tribunais	272
1.3.1 - O acesso ao Direito	273
1.3.2 - O acesso aos tribunais	274
2 - O específico regime dos "Elementarrechte"	278
2.1 - Aplicabilidade directa das normas que consagram ou garantem o direito dos contribuintes à certeza da tributação	278
2.2 - A particular vinculação das entidades públicas	281
2.3 - A articulação do direito fundamental dos contribuintes à certeza da tributação e ao não pagamento de impostos criados, liquidados ou cobrados em seu desrespeito e o privilégio de execução prévia da Administração tributária	284
2.3.1 - A salvaguarda do direito dos contribuintes à certeza da tributação, a suspensão do acto tributário e o princípio "solve et repete"	287
2.3.2 - A suspensão da eficácia dos actos tributários e a tutela judicial efectiva. A doutrina do "fumus boni iuris"	293

## PARTE TERCEIRA

### O CONTEÚDO DO DIREITO DOS CONTRIBUINTES À CERTEZA DA TRIBUTAÇÃO

#### CAPÍTULO PRELIMINAR A INSEGURANÇA DOS CONTRIBUINTES

1 - As principais ameaças de facto à certeza da tributação	301
2 - A insegurança tributária no plano político-legislativo	302
2.1 - A hipertrofia legislativa e a defeituosa elaboração das normas	302
2.2 - Incerteza quanto à lei em vigor	305
2.3 - Provisoriedades excessivas e abuso de leis extraordinárias e de urgência	307
2.4 - Excesso de remissões para o poder regulamentar e a utilização por este de discricionariedades impróprias	308
2.5 - Ausência de vias de reacção contra a arbitrariedade	309
2.6 - Inactividade legislativa e elaboração de leis inconstitucionais	310

3 - A insegurança tributária na aplicação do tributo	313
3.1 - Acção administrativa violadora do ordenamento jurídico	313
3.2 - Violação do princípio de hierarquia normativa	314
3.3 - Omissão ou lentidão na elaboração de normas regulamentares exigíveis para assegurar a boa execução de uma lei e inércia em geral na acção administrativa	316
3.4 - A Administração tributária arrogando-se o qualificativo de " <i>potentior persona</i> "	318

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### O DIREITO DOS CONTRIBUÍNTES À COGNOSCIBILIDADE E ESTABILIDADE DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS.

1 - O direito à cognoscibilidade das normas tributárias	319
1.1 - As falhas técnicas normativas	321
1.2 - A utilização correcta da língua e a manipulação linguística	325
1.3 - O direito dos contribuintes à informação jurídica	334
1.3.1 - <i>Informação geral</i>	335
1.3.2 - <i>As consultas tributárias</i>	337
1.4 - O direito dos contribuintes à assistência fiscal	350
2 - O direito à estabilidade tributária	352
2.1 - O excesso de regulamentação	357
2.2 - A estabilidade jurisprudencial	359
2.2.1 - <i>A jurisprudência judicial</i>	359
2.2.2 - <i>A jurisprudência administrativa</i>	365
2.3 - A necessidade e o risco da codificação para a estabilidade do Direito tributário e certeza dos contribuintes	370
2.3.1 - <i>O "Estatuto do Contribuinte"</i>	372
2.3.1.1 - <i>Crítica</i>	375
2.3.1.2 - <i>Posição adoptada</i>	377

## CAPÍTULO SEGUNDO

### O DIREITO DOS CONTRIBUÍNTES À PREVISIBILIDADE DA TRIBUTAÇÃO

1 - Segurança jurídica e previsibilidade das normas tributárias	378
1.1 - A restrição ao uso de conceitos indeterminados	378
2 - O direito à certeza e a interpretação das normas tributárias	381
2.1 - O problema da interpretação em sede geral. Sinopse	384
2.2 - A interpretação das normas tributárias quanto aos meios e quanto aos resultados	386
2.2.1 - <i>Crítica</i>	389
2.3 - <i>Posição adoptada</i>	393
2.3.1 - <i>O direito à certeza e a interpretação extensiva</i>	395
2.3.2 - <i>O direito à certeza e a integração analógica</i>	398
2.3.2.1 - <i>Analogia e desagrvamentos e benefícios fiscais</i>	404
3 - O direito do contribuinte à "evitação fiscal"	409
4 - O direito à certeza e a retroactividade das normas tributárias	411
4.1 - A retroactividade das normas tributárias materiais. Sinopse do actual estágio da doutrina	420
4.1.1 - <i>A doutrina italiana. Epítome sinóptico</i>	421
4.1.2 - <i>A doutrina alemã. Epítome sinóptico</i>	422
4.1.3 - <i>A doutrina espanhola</i>	423
4.1.4 - <i>A doutrina portuguesa</i>	425
4.2 - As dimensões próprias da retroactividade	429
4.3 - <i>Crítica</i>	434

4.4 - Dimensão objectiva e subjectiva da proibição de retroactividade. Posição adoptada	442
4.4.1 - O alcance da proibição de retroactividade	453
4.4.2 - A retroactividade e as normas de Direito tributário negativo	457
4.4.3 - A retroactividade das normas mais favoráveis aos contribuintes	460
4.4.4 - A retroactividade e os impostos extraordinários	464
4.4.4.1 - Impostos extraordinários e benefícios fiscais	469
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>475</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>487</b>